

**Seminário CPDOC 35 anos: A Interdisciplinaridade nos estudos históricos**  
Rio de Janeiro, 26 e 27 de junho de 2008.

**Arquivos e interdisciplinaridade: algumas reflexões**

Luciana Quillet Heymann<sup>1</sup>

O CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas) foi criado, em 1973, para ser um centro de documentação e pesquisa que, abrigando arquivos de homens públicos de destacada atuação na chamada *Era Vargas*, impulsionasse os estudos históricos sobre o passado recente do país. A motivação inicial do Centro, nesse sentido, foi recolher, preservar, organizar e tornar acessíveis documentos de um tipo específico, os arquivos pessoais, cuja promoção à categoria de fontes históricas está associada a mudanças que ocorriam, há não muito tempo, no campo da historiografia: por um lado, o desenvolvimento de uma história cultural que postulava “a dignidade teórica do individual e a fecundidade metodológica do qualitativo”; por outro, a valorização de uma nova escala de observação do social, associada à micro-história.<sup>2</sup>

Os arquivos pessoais, como pouco tempo depois as entrevistas de história oral, eram percebidos, então, pelos pesquisadores “pioneiros” do CPDOC – em sintonia com parte da comunidade acadêmica, no país bem como no exterior -, como novas fontes de pesquisa que, por suas qualidades e potencialidades, permitiriam que se produzisse uma reflexão histórica nova, em dois sentidos: no de ser uma produção pautada em documentos que facultavam uma mirada distinta sobre os processos políticos e sociais, e no de fecundar uma reflexão eminentemente interdisciplinar, na qual a história, a

<sup>1</sup> Antropóloga, pesquisadora do CPDOC/FGV.

<sup>2</sup> Cf. Gomes, Ângela de Castro. “Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, p. 121-127.

ciência política e a sociologia estiveram, desde o início, presentes. Os acervos (tanto os preservados quanto os produzidos, no caso das entrevistas) tiveram, assim, desde a fundação do Centro, um grande destaque nas suas atividades, em consonância, ainda, com o florescimento dos debates em torno dos estudos de memória.<sup>3</sup>

A chegada constante de novos arquivos, sobre os quais se debruçava uma equipe de pesquisadores documentalistas encarregada de organizá-los, ensejou um investimento importante em discussões técnicas que tinham como cerne a metodologia de organização de arquivos pessoais, pouco abordada pela literatura internacional da área. Como um desdobramento dessas discussões, já na segunda metade dos anos 1980, reflexões que ultrapassavam os limites normativos do tratamento arquivístico começaram a ser desenvolvidas por essa equipe. O primeiro trabalho nessa linha, intitulado *A vontade de guardar*, buscou discutir a lógica da acumulação em arquivos pessoais. Tratava-se de uma reflexão que tinha como eixo o titular do arquivo e os nexos de sentido que orientavam a acumulação documental, e continha uma defesa do respeito à ordem original no tratamento dos fundos.<sup>4</sup>

A esse trabalho, já nos anos 1990, se seguiram duas dissertações de mestrado que tinham os arquivos como objeto de pesquisas interdisciplinares interessadas em refletir sobre a natureza deste tipo de conjunto documental. A primeira analisou um arquivo pessoal a partir do instrumental da teoria literária, aproximando-o do gênero autobiográfico; a segunda realizou uma etnografia dos processos de constituição dos arquivos pessoais, no domínio privado da acumulação, bem como no domínio público das instituições, atentando para as interferências a que estão sujeitos e para as hierarquias que operam nessas duas instâncias.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> As atividades de História Oral tiveram início, no CPDOC, em 1975. O Centro foi pioneiro, no país, na utilização dessa metodologia e vem se destacando, desde então, na sistematização de procedimentos voltados para a produção, preservação e gestão de arquivos sonoros.

<sup>4</sup> Cf. Vianna, Aurélio; Lissovski, Maurício; Sá, Paulo Sérgio Moraes de. "A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados", *Arquivo e Administração*, Rio de Janeiro, v.10-14, n.2, jul./dez.1986, p.62-76.

<sup>5</sup> Cf. respectivamente: Fraiz, Priscila Moraes Varella. *A construção de um eu autobiográfico: o arquivo privado de Gustavo Capanema*. Rio de Janeiro, UERJ, Centro de Educação e Humanidades, 1994; e Heymann, Luciana Quillet. *As obrigações do poder: relações pessoais e vida pública na correspondência de Filinto Müller*. Rio de Janeiro, UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, 1997.

Essas pesquisas individuais já haviam se realizado quando, em 1997, um esforço coletivo e interinstitucional resultou no *Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais*. O seminário tinha por objetivo explorar as especificidades desses acervos, no campo arquivístico como no da pesquisa histórica, e se pautou por uma perspectiva interdisciplinar que, além da arquivística, da história, da sociologia e da literatura, procurou agregar reflexões oriundas da filosofia e da psicanálise. Os resultados desse seminário, no qual contamos com a grata parceria do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), foram publicados no número da revista *Estudos Históricos* que comemorou os 25 anos do CPDOC. Para pesquisadores que, como nós, também tomam as comemorações como objeto de estudo, essa cronologia comporta significados. De forma muito breve, poder-se-ia dizer que a identidade institucional do CPDOC continua fortemente ancorada nos usos dos, e na reflexão interdisciplinar sobre, acervos. Ao final, pretendo voltar um pouco a essa trajetória.

Agora, porém, gostaria de entrar no tema que escolhi tratar nessa comunicação: as dimensões de pesquisa abertas pelo olhar que toma os arquivos como produto de uma série de investimentos sociais. Pois se, de fato, os arquivos pessoais chegaram ao CPDOC com o estatuto de **fontes** para uma nova história política, com o passar do tempo começaram a ser pensados também como **objetos** de uma reflexão interessada nas representações que cercam essas fontes e nas práticas que as “produzem”, tanto no âmbito dos indivíduos que, negociando com a realidade, arquivam a sua própria vida, como no âmbito das instituições arquivísticas, que, ao consolidarem e implementarem uma série de procedimentos técnicos e ao construírem a sua identidade com base nos acervos, também negociam com a realidade a formatação de uma determinada memória social arquivada.

Em primeiro lugar, e abrindo mão antecipadamente de qualquer pretensão à exaustividade, vejamos alguns marcos, ou inspirações, da pesquisa voltada para a produção social dos arquivos. Esses marcos são, também, frutos de uma perspectiva interdisciplinar que, quer do lado da filosofia do conhecimento, com Michel Foucault, quer do lado da história, com Arlette Farge, entre outros, quer, ainda, mais recentemente, do lado das ciências sociais – a antropologia, sobretudo -, tem iluminado a dimensão mais

contingente e construída dos arquivos. É a própria Arlette Farge quem explicita esse cruzamento de perspectivas, em um trecho da obra *Le Goût de l'Archive*, produzida a partir de sua experiência de pesquisa com os arquivos judiciais:

“O arquivo não diz, possivelmente, a verdade, mas ele diz *sobre* a verdade, no sentido entendido por Michel Foucault, ou seja, daquela maneira única que ele [o arquivo] tem de expor o *Falar [Le Parler]* do outro, capturado entre as relações de poder e ele próprio, relações as quais ele não somente está submetido, mas que ele atualiza ao verbalizá-las.”<sup>6</sup>

No campo dos historiadores da memória, Jacques Le Goff já havia empreendido uma crítica ao documento que colocou em xeque a sua “naturalidade” e “imparcialidade”, e apontou, também, para a necessária apreensão das estruturas de poder que o criam e mantêm. As premissas dessa “crítica em profundidade da noção de documento” - que ultrapassava a procura por autenticidade da crítica tradicional -, estariam nos ensinamentos dos historiadores dos *Annales*, Marc Bloch e Lucien Febvre, bem como, mais uma vez, na análise empreendida por Foucault em *A Arqueologia do Saber*. Le Goff cunhou uma advertência contundente aos historiadores, incitados a analisar as condições de produção dos documentos, associados, nessa perspectiva, à noção de monumentos.<sup>7</sup>

Dirigida preferencialmente aos historiadores, essa advertência tinha por objeto, sobretudo, os documentos que emanam das estruturas do poder e das instituições, que registram as conquistas, bem como os mecanismos de controle do aparelho estatal, e buscava evitar que essa memória documental, fortemente conformada por tais estruturas - consubstanciada nos grandes textos, mas também nas fórmulas padronizadas de apresentação das informações -, levasse a uma escrita da história distorcida, quando não deturpada. Estavam ainda um tanto obscurecidos, nesse momento, os debates em torno das fontes de natureza privada, bem como o papel fundamental desempenhado por arquivistas e documentalistas, nos processos de gestão,

---

<sup>6</sup> Cf. Farge, Arlette. *Le Goût de l'Archive*. Paris, Seuil, 1989, p. 40.

<sup>7</sup> Cf. Le Goff, Jacques. *História e Memória*. 5a. edição. Campinas, Editora da UNICAMP, 2003.

tratamento e difusão documental, ou seja, nos processos de “produção” das fontes.

Ao longo da segunda metade do século XX, a ampliação do universo documental, fruto do processo de explosão das informações e de seus suportes e, sobretudo, o desenvolvimento de uma cultura memorialista, de proliferação e circulação de memórias, tal como foi analisado por autores como Andréas Huyssen, imprimiram uma nova feição a esse debate, no centro do qual estavam colocadas, não mais, apenas, a história e a memória.<sup>8</sup> A esse binômio seria necessário agregar o conceito de identidade, trazido para o centro da cena pública - ao lado da própria memória -, e flexionar todos os termos de forma a empregá-los no plural. Essa proliferação de memórias está relacionada a um processo amplo e complexo, que não vamos aqui desenvolver, no qual disputas memoriais estão na base de lutas por afirmação identitária e por direitos, em um mundo marcado pela diversidade dentro das fronteiras nacionais, mas também pelas comunidades transnacionais, no qual têm lugar demanda por revisões e novas interpretações do passado.

Esses processos sociais e o lugar que neles ocupam os arquivos têm motivado trabalhos de pesquisa que buscam não apenas analisar as histórias que os arquivos contam, mas investigar as histórias que eles encarnam; deslindar o discurso que produzem no campo da história, mas também os efeitos que deles decorrem em outras dimensões da vida social. Nesse sentido, uma abordagem etnográfica dos arquivos vem sendo desenvolvida, nos últimos anos, por cientistas sociais em sua maioria, interessados nas dimensões textual e simbólica dos arquivos, e no seu significado como lugar de encontro – e de dominação, muitas vezes -, entre culturas, entre saberes, entre, de um lado, artefatos documentais e arcabouços institucionais e, de outro, o próprio pesquisador.<sup>9</sup> Tal perspectiva foi resumida por Antoinette Burton, organizadora

---

<sup>8</sup> Cf. Huyssen, Andreas. *Seduzidos pela memória*, Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000

<sup>9</sup> Essa confluência de interesses parece estar na origem da publicação de *Gradhiva*, revista fundada na França, em 1986, pelo cientista social Michel Leiris e pelo antropólogo Jean Jamin. Inicialmente dedicada à história e aos arquivos da antropologia, a revista abriu-se, nos últimos anos, para os desenvolvimentos da antropologia em conexão com a museologia. Atualmente é publicada pelo Museu do Quai Branly, inaugurado em 2006, em meio a muitos debates, para ser o “museu do Outro” ou das culturas primitivas. Não devemos perder de vista que também os museus estão no centro de inúmeros investimentos interdisciplinares que têm questionado os processos de “musealização”, bem como os usos desses aparatos culturais.

do livro *Archive Stories: facts, fictions and the writing of history*, editado já em 2005:

“Na busca dessa re-orientação etnográfica, nós nos movemos de forma determinada, ainda que experimental, para além de um positivismo ingênuo e de um desconstrutivismo utópico, para além do segredo e da revelação, em direção a um método de engajamento crítico em relação ao passado imaginativo e interpretativamente responsável.”<sup>10</sup>

Os arquivistas, ainda que resistentes, de uma maneira geral, a esse tipo de abordagem, não ficaram completamente alheios ao debate. O desafio representado pelas informações eletrônicas aliou-se, nesse caso, às discussões mais abrangentes sobre a dimensão construída dos arquivos. A necessidade de romper com o chamado “mito da objetividade e da imparcialidade”, característico da escola mais tradicional da arquivologia, e de atentar para a dimensão ativa da prática arquivística na conformação da memória social (em oposição à auto-representação de custodiadores passivos), foi apontada, por exemplo, pelo canadense Terry Cook, que, desde o começo da década de 1990, questionava os princípios arquivísticos tradicionais a partir de uma perspectiva assumidamente pós-moderna.<sup>11</sup> Esta é, também, a tônica da reflexão de Brian Brothman, para citar apenas mais um autor nesta linha. Seu texto “Orders of value”, de 1991, é considerado por Cook como a primeira análise pós-modernista importante do empreendimento arquivista. Partindo de conceitos fundadores da disciplina (ordem, proveniência, grupos documentais), Brothman chamou atenção para o efeito da assunção destes princípios no tratamento documental e afirmou que o

---

<sup>10</sup> Cf. Burton, Antoinette. “Introduction: archive fever, archive stories”. In: *Archive Stories: facts, fictions, and the writing of history*. Edited by Antoinette Burton. Durham & London, Duke University Press, 2005. p. 20-21.

<sup>11</sup> Cf. Cook, Terry. “Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, p.129-149. Esse texto foi apresentado no Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, no Rio de Janeiro, em 1997, mas Cook produziu inúmeros outros artigos sobre o tema.

arquivista, ao definir o lugar do documento e, sobretudo, ao fazer avaliação, não identifica o valor, mas antes o cria ou destrói.<sup>12</sup>

A comunidade arquivística francesa entrou mais tardiamente no debate. Porém, a publicação, em 2004, de um volume da *Revue de Synthèse* intitulado “Fabrique des archives, fabrique de l’histoire”, organizado por um historiador e um arquivista, sinaliza a proposta de um diálogo interdisciplinar cujo objetivo é analisar o estatuto epistemológico dos arquivos.<sup>13</sup> Para os organizadores, a dimensão de escolha no tratamento dos arquivos, dentro de um quadro de possibilidades aberto pela própria documentação, faria do arquivista não um mero conservador, mas um “produtor” de saber obrigado a lançar mão de categorias e ferramentas intelectuais de natureza semelhante às utilizadas na prática histórica, ainda que com objetivos distintos do historiador. Dentro dessa visão, a melhor maneira de sair do impasse entre um olhar positivista e um olhar relativista sobre as fontes, que nega qualquer possibilidade de objetividade histórica, consistiria em explicitar as categorias colocadas em prática no tratamento documental e a estrutura arquivística por meio da qual o historiador acede aos documentos.

Esse brevíssimo panorama deixa entrever a riqueza de um debate marcadamente interdisciplinar, no centro do qual estão colocados os arquivos, e que tem iluminado uma crítica dos próprios arquivistas com relação a suas práticas e fundamentos. Todo esse diálogo, com tudo o que tem de sugestivo, não deve obscurecer o necessário investimento em discussões de natureza metodológica, mais do que nunca necessárias. Ao contrário, a percepção dos mecanismos de conformação dos acervos no ambiente das instituições de memória tem como maior dividendo arejar o debate e estimular a reflexão sobre o fazer arquivístico. Não se trata, necessariamente, de abrir mão de princípios, mas, antes, de empregá-los de forma criteriosa e crítica: a desnaturalização dos arquivos e da prática arquivística deve tornar-nos mais atentos a nossos automatismos profissionais e, ao mesmo tempo, mais estimulados a investir na

---

<sup>12</sup> Cf. Brothman, Brian. “Orders of value: Probing the theoretical terms of Archival Practice”. *Archivaria* 32, Summer 1991, p. 78-100.

<sup>13</sup> Anheim, Étienne e Poncet, Olivier. «Fabrique des archives, fabrique de l’histoire », *Revue de Synthèse*, n. 125, 2004. p. 1-14.

literatura arquivística.<sup>14</sup>

Quais seriam, além dessas, dimensões possíveis da pesquisa sobre processos sociais de arquivamento? Gostaria de sugerir duas vertentes, que têm nos arquivos privados de natureza pessoal seu objeto empírico. De um lado, as pesquisas centradas na constituição desses conjuntos, não apenas no sentido da acumulação e guarda dos papéis, mas no manuseio dos documentos pelos próprios titulares, nos usos que fizeram de seus arquivos, usos cujos sinais – verbais ou não – podem constituir chaves interessantes para compreender não apenas processos memoriais, de construção de si, mas os caminhos da produção intelectual dos titulares e as culturas disciplinares nas quais estão inseridos. Essa perspectiva tem sido explorada em pesquisas centradas nos arquivos de cientistas, do campo das ciências exatas como no das humanidades. Atentar para o nexos que une o titular ao seu “papelório” pode iluminar uma outra temporalidade dos documentos, para além daquela que remete ao evento ou à atividade que registram, já que estes, muitas vezes, não são guardados de uma vez por todas – os documentos voltam à tona, são utilizados e ressignificados pelos próprios produtores dos arquivos; podem servir de base para novos trabalhos bem como para a construção de narrativas que os situam no campo a que pertencem.<sup>15</sup>

Outra dimensão da pesquisa tem se interessado pelos lugares do arquivo, pela proliferação de depósitos e instituições de guarda, mas também por uma geografia que tem mudado nos últimos anos, no sentido tanto da multiplicação como da especialização dos lugares de arquivamento, em função de um “*désir d’archives*” mencionado, entre outros, por Philippe Artières.<sup>16</sup> Para

---

<sup>14</sup> Nesse sentido, saudamos a publicação, no contexto brasileiro, do livro de Ana Maria de Almeida Camargo, *Tempo e Circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo, Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007. O livro discute princípios e procedimentos para a organização de arquivos pessoais com um forte embasamento teórico e em diálogo com a literatura internacional.

<sup>15</sup> Essa perspectiva foi explorada, por exemplo, no artigo de Olívia Cunha, “Tempo Imperfeito: uma etnografia do arquivo”, no qual se debruça sobre o arquivo da antropóloga Ruth Landes (Rio de Janeiro, *Mana*, 2004), e também está presente em artigo sobre o arquivo do antropólogo e político Darcy Ribeiro. Cf. Heymann, Luciana Quillet. “Os ‘fazimentos’ do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado”. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos*, n. 36, julho-dezembro 2005, p. 43-58.

<sup>16</sup> Cf. Artières, Philippe. “Les lieux d’archives”. *Sociétés et Représentations*, CREDHESS, n.19, abril 2005. A criação da Association pour l’Autobiographie (APA), em 1991, por iniciativa de Philippe Lejeune, para abrigar qualquer escrito autobiográfico, bem como a decisão do conselho de Paris, em 2002, de criar um centro de arquivos e documentação sobre os gays e as lésbicas são citados por Artières como exemplos desse processo.

uma interpretação mais densa dos arquivos privados (e dos arquivos em geral), seria necessário, assim, atentar para o fato deles circularem em espaços que dotam os documentos de significado, ao mesmo tempo em que os arquivos qualificam e legitimam esses espaços.

No caso dos homens públicos, a idéia de que os arquivos constituem manifestações materiais de um legado político e ideológico cuja preservação justifica e legitima empreendimentos coletivos centrados na criação de instituições de guarda me parece outra vertente sugestiva de uma agenda de pesquisa que toma os arquivos como objeto. Nela, as classificações, mas também a estética dos arquivos, o lugar relativo que ocupam, além das celebrações organizadas em torno deles são dimensões a serem investigadas.

É ainda Artières quem chama atenção para o fato do “*désir d’archives*” comportar uma dimensão paradoxal: ao mesmo tempo em que essa distribuição dos arquivos no espaço público contribuiria para dessacralizá-los, novos cultos estariam se desenvolvendo em torno deles, reforçando antigas crenças sociais. Uma delas repousa na idéia da transparência do arquivo: neles se encontrariam verdades escondidas, prontas para serem “lidas”. Segundo essa perspectiva, a opacidade dos arquivos se deveria apenas às instituições que os conservam e à sua intenção de subtrair a verdade. Outra crença remeteria à associação entre a entrega ou o depósito do arquivo e a obtenção de um reconhecimento, a idéia de que, por meio do arquivo, opera-se uma reparação. Essa outra faceta estaria na origem da emergência de reivindicações pela restituição de determinados conjuntos documentais.<sup>17</sup>

Para finalizar, gostaria de voltar rapidamente à história do CPDOC. Da edição da revista que marcou os 25 anos até hoje, acho que vale a pena assinalar, no campo a que estou me referindo, a criação do Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais, confirmando o investimento do Centro no amplo campo dos acervos (muitas vezes intimamente conectados a projetos de natureza social), e permitindo uma interlocução que inclui agora os alunos e suas vivências profissionais.

---

<sup>17</sup> Esse ponto é abordado, por exemplo, no artigo de Stéphane Michonneau, « Les papiers de la guerre, la guerre des papiers: l’affaire des archives de Slamanque », *Sociétés et Représentations*, n. 19, avril 2005, p. 250-267.

As pesquisas iniciadas nos anos 1990 em torno do estatuto dos arquivos pessoais continuam se desenvolvendo, *pari passu* com uma “vontade de mostrar” plenamente inserida nos novos tempos dos arquivos. De fato, a digitalização dos acervos, que atende à preservação, mas também à demanda crescente por uma consulta que dispensa a visita aos lugares de guarda tradicionais, é uma dimensão, entre outras, da lida cotidiana com os acervos no CPDOC. Nesses novos tempos de pesquisa, uma obra como *Le Goût de l’Archive* se transforma em documento de um certo tipo de contato com as fontes e de um determinado perfil de pesquisador. Outros gostos, outros hábitos e outros resultados de pesquisa certamente surgirão como efeito das modalidades de consulta facultadas pelos arquivos à domicílio (*home delivery archives...*). Mas esses são, já, temas de pesquisas futuras.